



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**  
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 335, de 2016.**

Susta os efeitos da Resolução Homologatória nº 2.018, de 2 de fevereiro de 2016, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, em relação à inclusão no orçamento da Conta de desenvolvimento Energético – CDE, de repasse de recursos para financiamentos da Reserva Global de Reversão - RGR

**AUTOR:** Deputado Fabio Garcia

**RELATOR:** Deputado Marcelo Álvaro Antônio

**I – RELATÓRIO**

O projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Fabio Garcia, sugere a Sustação dos efeitos da Resolução Homologatória nº 2.018, de 2 de fevereiro de 2016, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, em relação à inclusão no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, de repasse de recursos para financiamentos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Devidamente autuado, foi encaminhado às Comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito

**\*CD160613474857\***

**CD160613474857**



e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD); nos termos do Art. 54 do RICD.

A Proposição está sujeita a apreciação do plenário, e segue o Regime de Tramitação Ordinária.

As razões que motivaram a apresentação da proposição, constantes de sua justificação, são as seguintes:

(...)

*No ano de 2016, a CDE deverá captar entre os agentes do setor elétrico o valor total de R\$ 12.946.714.420,60, conforme revela a referida Resolução. Tal valor será rateado por todos os consumidores de energia elétrica no Brasil e terá o impacto direto de R\$ 7,83/MWh consumido nos subsistemas Norte e Nordeste, ou de R\$ 35,45/MWh consumido nos subsistemas Sul, Sudeste e Centro-Oeste.*

(...)

*Neste ano de 2016, foram incluídos no valor total da CDE R\$ 1,094 bilhão, a serem destinados à RGR. Contudo, como demonstra a Nota Técnica 21/2016 – SGT/Aneel, tais recursos não serão aplicados na consecução das finalidades previstas em Lei, mas para o atendimento de contratos de financiamento firmados antes da edição da MPV nº 579/2012. Informa a Nota:*

*“46. Embora considerada na previsão de despesas na AP, naquele momento a SGT já havia emitido juízo de que os recursos da RGR deveriam ser utilizados prioritariamente para o pagamento das indenizações, e que o uso de recursos para financiamentos poderia ocorrer nos casos de sobra de recursos da RGR após cumprimento das obrigações relativas ao pagamento das indenizações, não sendo escopo da CDE o provimento de recursos para fins de financiamento.*

*47. Considerando as contribuições recebidas na Audiência Pública, optamos por excluir a referida rubrica de despesa, reforçando que a destinação plena da arrecadação da RGR em 2016 para financiamento de agentes do setor resultaria na imposição de uma obrigação artificial à CDE quanto às indenizações das concessões.*

**\*CD160613474857\***

CD160613474857



*48. Destacamos também o nosso entendimento de que a utilização de recursos da RGR para o financiamento de agentes do setor, considerada a insuficiência de recursos do referido fundo, não se configura como contribuição à modicidade tarifária, em razão da imediata repercussão no orçamento da CDE e repasse aos consumidores. ”*

*Dessa forma, revela-se evidente que a possibilidade de transferência de recursos da CDE para a RGR, embora prevista no § 6º do art. 13 da Lei 10.438/2002, não se configura plena liberalidade para que o regulador setorial autorize a expropriação de recursos dos consumidores de energia elétrica brasileiros em favor de agentes determinados. Pelo contrário, tal previsão legal é explícita ao limitar seus objetivos, quais sejam: prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; ou prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.*

*Ciente da ausência de respaldo legal para a imposição de tal custo aos consumidores de energia elétrica, o relator do processo na diretoria colegiada da Aneel repete em seu voto os argumentos da área técnica do órgão, mas decide que:*

*“43. Julga-se, portanto, que o MME, mediante o Ofício nº 22/2016-SE-MME, com fundamento nas respectivas atribuições legais, reservou, dentre as destinações da CDE em 2016, R\$ 1,093880 bilhão (oriundos de financiamentos com recursos da RGR) para a concessão de novos financiamentos para a execução de programas de universalização de energia elétrica, destinação prevista no inciso I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, com a redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013.*

*44. Diante disso, deve-se seguir a orientação do MME para incluir a despesa “Financiamentos de RGR”, de R\$ 1,093880 bilhão, no orçamento da CDE de 2016.”*

*O embasamento legal apresentado pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do Ofício nº 22/2016-SE-MME, seria o disposto no art. 36 do Decreto 4.541, de 22 de dezembro de 2012. A leitura atenta do referido artigo revela que não há ali qualquer autorização para que o Ministério determine que os recursos da CDE sejam transferidos para a RGR com finalidades outras além das estabelecidas em Lei. Ainda que o Decreto apontado pelo MME criasse tal possibilidade, estaríamos diante, então, de um ato inquestionavelmente ilegal.*

**\*CD160613474857\***

**CD160613474857**



*Em nosso entendimento, plenamente corroborado pela análise técnica da Aneel, não há base legal que sustente a decisão da diretoria colegiada da Agência de transferir R\$ 1,094 da CDE para a RGR com o objetivo de atender contratos de financiamento. Dessa forma, a norma editada pela Aneel exorbitou do poder regulamentar, derivado deste Poder Legislativo, e faz-se necessária a ação urgente para sustar seus efeitos e mitigar os prejuízos impostos aos consumidores brasileiros de energia elétrica, pelo uso do instrumento constitucional adequado, previsto no inciso V do art. 49 da Constituição Federal.”*

É o breve relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

Passa-se a análise do projeto, a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada visando o desenvolvimento energético dos Estados, além de outros objetivos, a saber:

“Art. 13.(...)

*I - Promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;*

*II - Garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda;*

*III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;*

*IV - Prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.*

**\*CD160613474857\***

CD160613474857



*V - Promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998;*

*VI - Promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.*

*VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;*

*VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013;*

*VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;*

*VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013.  
(...)"*

Os objetivos foram fixados pelos legisladores deram-se no sentido de manter a idoneidade e de alavancar ainda mais o desenvolvimento energético no Brasil, a fim de garantir a universalização do acesso à energia elétrica e à infraestrutura para a população brasileira, vez que a energia elétrica é indispensável a sociedade moderna e sua forma de funcionamento, sendo que por esta razão ao estabelecer por meio de regramento os objetivos o legislador baliza a forma de aplicação do recurso, e nesse sentido deve ser observada a orientação do legislador.



A RGR – Reserva Global de Reversão é usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), além de subsidiar projetos de eficiência energética no âmbito do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) além de ser direcionado a obras de melhoria e de expansão do sistema elétrico, nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, havendo previsão legal quanto a sua destinação.

No §6º, do art.13, da Lei n.º 10.438 de 2002 ficou estipulado de que há a possibilidade de repasse de fundos da Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE para a Reserva Global de Reversão – RGR e para a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, porém somente para fins específicos, conforme já mencionado, a saber:

*“Art. 13  
(...)*

*§ 6º Os recursos da CDE poderão ser transferidos à Reserva Global de Reversão - RGR e à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para atender às finalidades dos incisos III e IV do caput.”*

Note-se que a transferência de recursos deve atender as finalidades dos incisos III e IV, do *caput* do art.13º, da Lei n.º 10.438, de 2002, cite-se que o Legislador ao editar norma tão específica desejava com a mesma limitar quaisquer tentativas de desvirtuação desses repasses monetários, e impedir que em outras hipóteses se utilizassem de outras formas que não as descritas, não se justificando qualquer alteração da destinação por meio de Resolução.

Permitir que haja a transferir tais recursos da CDE a RGR seria permitir o desvirtuamento da finalidade para o qual a CDE foi criada, sendo que nesse sentido a Resolução da ANEEL extrapola os próprios limites estabelecidos pela lei, criando ônus para o consumidor final.

**\*CD160613474857\***

CD160613474857



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante o exposto, manifestamos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, e manifesto meu Voto favorável ao PDC nº 335, de 2016.

É como voto.

Sala das Comissões, em                      de 2015.

**MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO**  
Deputado Federal

**\*CD160613474857\***

CD160613474857